

Currículo tem mudança

ELIANA LUCENA *

BRASÍLIA – O Conselho Nacional de Educação aprovou ontem novas diretrizes para o currículo de 2º grau, como a destinação de 25% da carga horária a temas definidos pela própria escola. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, afirmou que as diretrizes aprovadas “diminuem o excesso de conteúdos curriculares”, um dos problemas que, segundo ele, desestimulam o aluno, aumentando a evasão escolar. As mudanças curriculares devem ocorrer a partir de 1999.

Os níveis médio e profissionalizante passarão a ter tratamento diverso: para ter acesso ao ensino superior, o aluno do profissionalizante precisará complementar o curso com matérias do ensino médio.

O currículo mínimo de 2º grau ficará dividido em três áreas de estudo: códigos e linguagem, cultura e sociedade, e ciência e tecnologia. O conselho vai dar as diretrizes, e cada estado poderá adaptar o currículo à sua realidade.

Flexibilidade – Na área de códigos e linguagens estão relacionadas matérias como português, língua estrangeira e música. Na de cultura e sociedade ficam história, geografia, sociologia e filosofia (parte não lógica). A partir da flexibilização dada pela Lei de Diretrizes e Bases, as escolas poderão, por exemplo, aglutinar numa aula química, física e biologia. Essas matérias estão incluídas na base curricular comum de ciência e tecnologia. A carga horária no 2º grau passou de 600 para 800 horas ao ano.

As inscrições para o Exame Nacional do Ensino Médio, que poderá ser utilizado como um dos critérios para ingresso nas universidades já em 1999, começam dia 15. O exame será pago, com exceção de Paraná,

Rio de Janeiro e Maranhão, cujos governos arcarão com o custo da inscrição, de R\$ 20. O exame será aplicado em 178 municípios, incluindo todas as capitais.

Renda mínima – O presidente Fernando Henrique Cardoso assinou ontem o decreto que regulamenta a concessão de apoio financeiro a municípios que instituírem o programa de garantia de renda mínima para famílias com filhos matriculados em escolas públicas – conhecido como Programa de Complementação de Renda Familiar.

O objetivo do governo com o decreto é beneficiar até 3 milhões de famílias em 2.300 municípios de renda média baixa, com a distribuição de R\$ 30 (R\$ 15 do governo federal e R\$ 15 do município) para cada criança de 0 a 14 anos que esteja matriculada em escola pública.

Ao rememorar a trajetória do projeto, Fernando Henrique aproveitou para responder a críticas do seu principal adversário, Luiz Inácio Lula da Silva. “Nunca fui stalinista e não tiro do passado as fotografias das pessoas com as quais não esteja muito de perto no presente”, disse. Semana passada, Lula disse ter rompido a amizade que tinha com Fernando Henrique, chamando-o de mentiroso e omissor.

A regulamentação da lei que autoriza o Executivo a celebrar convênios para programas de renda mínima se tornou inócua este ano, segundo o relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Ele disse que o decreto dá 60 dias para a regulamentação das normas dos convênios entre prefeitura e presidência da República. Como a lei eleitoral proíbe a celebração de convênios depois do dia 30 deste mês, a lei é inaplicável para 1998.